

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 23-3-2022.

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Laura Sito, Matheus Gomes, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 088/22 (Processo nº 0166/22), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 081/21 (Processo nº 0246/21), de autoria de Jessé Sangalli. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 870, 876 e 878/22, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/22 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 007 e 008/22 (Processos nºs 0193, 0196 e 0198/22, respectivamente). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mari Pimentel, Karen Santos, Leonel Radde, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Airto Ferronato e Lourdes Sprenger. Às quinze horas e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. A seguir, Leonel Radde formulou requerimento verbal, solicitando a realização de eleição para o cargo de 2º Secretário. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e oito minutos às quinze horas e quatorze minutos. Foi APROVADO requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em discussão geral e votação, foi APROVADO o Projeto de Resolução nº 006/22 (Processo nº 0160/22), por VINTE E UM VOTOS SIM e DOIS VOTOS NÃO, em votação nominal solicitada por Aldacir Oliboni, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino e votado não Aldacir Oliboni e Jonas Reis. Em continuidade, Comandante Nádia foi eleita para o cargo de 2ª Secretária da Mesa Diretora, por VINTE E CINCO VOTOS SIM e UM VOTO NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga

Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Lourdes Sprenger, tendo a Presidente, após, declarado-a empossada no cargo. Foi APROVADO requerimento verbal formulado por Mari Pimentel, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em votação, foram apreciados conjuntamente e APROVADOS os Requerimentos nºs 192/21, 019, 025 e 032/22 (Processos nºs 0637/21, 0095, 0124 e 0147/22, respectivamente). Às quinze horas e trinta e nove minutos, a Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 589 e 437/21, este discutido por Jonas Reis e Kaká D'Ávila, e o Projeto de Resolução nº 022/20; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 037, 039 e 079/22, 538, 610 e 313/21, este discutido por Jonas Reis e Mônica Leal, e os Projetos de Resolução nºs 087/21 e 005/22. Às quinze horas e quarenta e oito minutos, nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Giovane Byl, Alexandre Bobadra e Mari Pimentel. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1ª Secretária e pelo Presidente.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Dezenove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras registraram suas presenças.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara - boa tarde! Hoje, eu trago uma situação muito preocupante no Município de Porto Alegre que é a situação da educação de Porto Alegre. Por que eu falo da questão da educação de Porto Alegre? Nós estamos em março, meados já, passado o primeiro mês de volta às aulas e não são uma, duas ou três mães que vêm ao meu gabinete para falar que faltam professores em sala de aula. Nós temos alunos sendo enviados para casa, no horário regular de aula, porque não temos professores. Nós temos escolas que têm fechado antes, porque falta água, e isso é a situação de Porto Alegre, passado um mês de retorno às aulas. E por que eu venho dizer isso hoje? Porque nós temos uma situação de R\$ 60

milhões que estão sendo investidos em Chromebooks na nossa cidade. Sessenta milhões de reais equivalem à 350 mil cestas básicas, e a nossa cidade passa fome. Sessenta milhões de reais equivalem a 700 vezes o que foi investido em manutenção e obras na educação no ano de 2021, e nós temos escolas sucateadas e escolas sem professores! O descaso na educação, me parece que é falta de prioridades e não falta de dinheiro, porque R\$ 60 milhões equivalem quase ao orçamento da secretaria inteira de segurança do nosso Município, quase 10 vezes mais o que a secretaria de esportes do Município tem, mas nós utilizaremos R\$ 60 milhões para investir em Chromebooks. Nós teremos mais Chromebooks do que alunos por turno no Município de Porto Alegre, mas nós não temos professores! Nós não temos saneamento básico nas escolas, nós não temos obras de manutenção há anos em Porto Alegre! Nós não temos alimento para nossa população que precisa de alimentos, são 350 mil cestas básicas que a gente poderia comprar com esse valor. Porto Alegre, me parece, não está sendo a cidade de prioridade, está sendo a cidade de facilidade de gastar o dinheiro que nós sabemos que deve ser comprometido com a educação, mas deve ser comprometido com uma educação que vai fazer a diferença, que vai trazer resultado na ponta, que vai trazer resultado para os alunos. E nós sabemos, o que adianta ter Chromebooks, se nós não temos professor em sala de aula? Aquela mãe da escola EMEF Rincão, que me ligou hoje, dizendo que o seu filho, na segunda série, não tem professora – para essa mãe, de nada adianta ter um Chromebook em sala de aula para cada aluno, se nós não temos professores! -e ele retornará hoje para casa mais cedo. Se nós temos uma situação da EMEF Grande Oriente do Rio Grande do Sul, que teve que tirar todos os bens da escola, porque teve furtos, e nós não temos segurança nas escolas. Eu quero compartilhar com vocês o descaso que nós temos com a educação, tivemos uma alteração por parte do prefeito da secretaria de educação, mas me parece que a política pública ainda não está acertada no Município com relação ao que realmente importa. Educação deve ser sobre escolas adequadas, professores em sala de aula e estrutura adequada para o aprendizado. Sabemos que a tecnologia é importante, e hoje nós já temos 4.600 Chromebooks na nossa cidade, não me parece que soluções fáceis trarão resultado para a educação que a gente precisa e me parece que falta realmente arregaçar as mangas e fazer o trabalho do qual precisamos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, todos e todas! Subo a esta tribuna primeiramente para saudar a ocupação indígena, uma ocupação de um próprio municipal que está acontecendo neste momento na entrada do Túnel da Conceição em Porto Alegre, uma ocupação que já ocorre há duas semanas. Indígenas das etnias xokleng, caingangue e guarani, que estão reivindicando, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um próprio para conseguir estabelecer uma casa de

estudante indígena. Isso por que a convivência na casa estudantil da UFRGS está inviabilizada pelo racismo institucional e pelo racismo estrutural. Há três anos, o indígena foi gravemente... Teve um atentado a sua vida, na frente da Casa do Estudante Universitário, na Av. João Pessoa. Nesse processo agora, de retomada indígena, colocaram bananas nas portas desses estudantes na casa estudantil ali vinculada à UFRGS, e é necessário também por que as crianças indígenas, pela sua tradição, pela sua cosmovisão, têm que permanecer juntamente às suas famílias. Então, é muito complexa a situação, a UFRGS se coloca cada vez mais nesta postura de acolher a diversidade, então tem as ações afirmativas, vem filho de trabalhador, vem filho de doméstica, vêm negros e negras, vem a comunidade indígena ocupar aquele espaço, qualificar sua força de trabalho, ser arquiteto, ser engenheiro, ser doutor. Ao mesmo tempo, a estrutura da universidade não vem dando condições para que os estudantes consigam permanecer. E olhando especificamente para a situação dos indígenas, caingangues e guaranis, que hoje ocupam aquela área pública, é fundamental que o Município de Porto Alegre tenha esse olhar, consiga perceber a necessidade e consiga também contribuir para que a universidade tenha um espaço para efetivar a política de permanência estudantil, que é a casa do estudante indígena. Essa discussão do próprio municipal, que está sendo ocupado, essa retomada indígena... Porque boa parte daquele território tem presença indígena milenar, não é uma ocupação, é uma retomada dum território, pensando em tudo que esse Brasil já fez em relação ao genocídio, a exclusão dos povos originários, então, é uma retomada daquele espaço... É importante a gente pensar que hoje está tramitando aqui na Câmara um projeto que permite a venda de cem imóveis vazios do Município, que poderiam também servir para outras demandas emergentes, como a questão da moradia. Quando o Diretor Alexandre, do DMAE, diz que as pessoas ocupam áreas irregulares, ou áreas de risco, por que a gente não pensa nesses espaços vazios, bem localizados, no bairro Praia de Belas, na Azenha, no Cristal, na Ipiranga? Por que a gente não dá um sentido social para esses imóveis, no sentido de moradia, para as pessoas não terem que morar às margens, onde já não tem água, onde já não tem luz, onde já não tem creche? Por que a gente não pensa nesses espaços vazios para ampliar a rede de educação infantil, já que faltam quatro mil vagas na educação infantil? Por que a gente não pensa em ampliar os espaços de acolhimento às mulheres vítimas de violência, já que a gente só tem uma casa, hoje, que acolhe essas mulheres? Imóveis tem, espaços tem, e bem localizados, na nossa cidade, e nós temos que estar atentos a isso. Temos que estar atentos também que, dentro dessa lista de imóveis que estão para serem vendidos, tem espaços que são de uso. Um exemplo deles é o Centro de Referência do Negro. Todas as terças-feiras, antes da pandemia, tinha o Sopapo Poético - é um espaço de cultura, de educação, um espaço de fortalecimento da presença negra dentro da cidade de Porto Alegre -, e esse imóvel está lá à venda. Então, é grave o que está acontecendo, a gente precisa ter uma audiência pública para debater o sentido desses imóveis já na lei. Não podemos simplesmente dar um cheque em branco para a Prefeitura negociar patrimônio do povo porto-alegrense, sendo que hoje a gente tem outras necessidades que não estão sendo priorizadas pelo governo Melo, que não estão sendo priorizadas dentro desse debate de 250 anos da cidade, e que, para nós, está

na ordem do dia, dar um sentido social para esses espaços, antes de pensar em fazer caixa com o patrimônio do povo porto-alegrense. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadoras e vereadores, boa tarde população de Porto Alegre, que nos assiste pela TVCâmara, pelos canais de Internet, hoje, eu quero saudar todos os servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, que, no dia de ontem, fizeram uma manifestação histórica, principalmente os da segurança pública, do Detran, da Perícia, policiais civis, policiais penais, servidores do judiciário, caminhando em direção ao Palácio Piratini e denunciando o descaso do governo Eduardo Leite, do vice-governador e também secretário da segurança, Ranolfo Vieira Júnior, que se elegeu em cima da pauta da segurança pública e dos servidores públicos. Ontem, o ato foi um alerta ao governo do Estado, foi um alerta à bancada governista na Assembleia Legislativa, de que, nesse período eleitoral, esses políticos serão lembrados pelos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público. Senti falta de representantes da pauta de segurança pública, que se elegeram em cima desse discurso e não estavam solidários; deputados, que se utilizaram de seus cargos, o tenente isso, o coronel daquilo, o comandante, não sei o quê, e que simplesmente ignoraram os desejos da sua classe, da sua categoria, e de todos os servidores públicos, que estão há anos sem reposição salarial. O que foi exigido foi a reposição da inflação e as promoções atrasadas. Basicamente isso. Nada além disso. E isso acontece aqui no Município, da mesma maneira. Nós temos os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público da nossa capital passando por um problema similar, após serem atacados na sua reforma ou deforma da previdência. E nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, aqui representada por mim, pelo Ver. Oliboni, que também é líder da oposição, pela Ver.^a Laura e pelo Ver. Jonas, estivemos sempre juntos com os trabalhadores da nossa capital. Ao mesmo tempo, nos 250 anos da nossa cidade, em que teremos uma grande festa, no próximo sábado, com diversas atividades, nós temos diversas regiões da nossa cidade - e aqui eu saliento a região da Lomba do Pinheiro - que permanecem sem acesso ao transporte público. Diversas linhas foram extintas, outras linhas têm horário reduzido, e as nossas crianças, os nossos adolescentes não conseguem chegar a sua escola, ou não conseguem retornar da sua escola para casa. Isso cria um grave problema de aprendizado, um grave problema para essas famílias, tem repercussões inimagináveis para o desenvolvimento social da população da Lomba do Pinheiro e se replica em diversos outros bairros. Isso só demonstra que a Prefeitura de Porto Alegre não tem preocupação alguma com aqueles que mais precisam, com os necessitados, as pessoas que estão agora precisando retornar ao trabalho e precisam que seu filho vá à escola. Nós exigimos que o prefeito Sebastião Melo, que o secretariado se posicione e resolva essa situação que envolve mais um caos

no nosso transporte público. Já não basta o Tri, que está atrasado, que os estudantes pagam e não conseguem, depois, utilizar, temos mais essa precarização envolvendo os estudantes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente Giovane Byl, colegas vereadores e vereadoras, cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa sessão desta tarde; todos nós sabemos que agora, sábado, Porto Alegre completa 250 anos. Queria aqui referir alguns dados importantes da nossa querida Porto Alegre. Porto Alegre carrega, em sua história de 250 anos, muitas lutas do povo por democracia e inclusão; a capital da Legalidade, do Fórum Social Mundial, da participação popular. Já foi conhecida internacionalmente pelas políticas que inverteram prioridades, inclusive muitos dos prefeitos viajaram até pelo exterior. De que mais precisam? As pessoas também devem ser vistas e reconhecidas no orçamento anual do atual prefeito, ou do governo municipal, na medida em que essas pessoas não se veem, não reconhecem que estão sendo incluídas num governo de participação popular – me parece que o governo, de fato, não é para todos. Nós podemos fazer uma avaliação dos últimos governos. Eles dialogaram com a cidade, dialogaram com a Câmara, construíram possibilidades de reduzir as desigualdades? Olhando os últimos dois governos, parece que só retiraram direitos, só desconstituíram aquilo que foi conquistado ao longo de uma década, seja nos direitos humanos, seja nos direitos trabalhistas, conquistados com muita luta ou, principalmente, naquelas ações que levam dignidade às comunidades. Olhem como era antes com o Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo dava o poder ao cidadão de decidir, na sua comunidade, o que ele queria como a prioridade das prioridades: se era o posto de saúde, se era a pavimentação, se era uma creche, se era um CRAS, ou se era uma escola de educação infantil. Nós percebemos que os atuais governos não têm o viés do diálogo com os mais pobres. Parece que fica claro quando vêm para esta Casa projetos que retiram conquistas ou que não dão a possibilidade para as comunidades se manifestarem. Vejam o que aconteceu recentemente, em vários bairros da nossa cidade, com falta de água, com falta de luz, falta de infraestrutura. Antes, tudo isso era debatido regionalmente com as comunidades. Agora, os governos simplesmente reúnem o núcleo central de governo para decidir o que querem fazer. O próprio orçamento, o próprio Plano Diretor, fazendo fatiado. Fizeram no Centro Histórico, e, possivelmente, neste ano, irá para algum outro bairro mais bem estruturado do que as periferias da nossa querida Porto Alegre. Nós temos que trabalhar muito pela inclusão, pelo direito legítimo dos mais pobres também terem um retorno, ao menos um pouco, do que eles pagam com seus impostos, com o IPTU e os impostos que o governo recolhe. Nós precisamos ter uma representação capaz de olhar e valorizar a Câmara, e não simplesmente fazer um troca-

troca. Quem está na base do governo e faz pedidos ao governo imediatamente é atendido, e, com os vereadores da oposição, parece que há uma morosidade. Nós temos que trazer para as comissões, temos que fazer audiências públicas, temos que ir na comunidade, temos que insistir na participação e no comparecimento de alguns secretários, e isso não é justo.

Portanto, nestes 250 anos de história, queremos fazer com que não só o povo, mas os governantes façam uma reflexão sobre se, de fato, estão governando para todos. É este, com certeza, o nosso recado: que valorizem o Legislativo e que tragam mais dignidade, principalmente, na área da educação, saúde, assistência e estrutura, para que os cidadãos sejam menos explorados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Gostaria de registrar a presença do Ver. Rodrigo Mendes, de Alvorada, do partido Republicanos. Seja bem-vindo, vereador, tua presença agracia a nossa tarde hoje aqui, sinta-se à vontade. Muito obrigado pela tua presença. Neste momento, passo a condução dos trabalhos à 2ª vice-presidente da Casa, Ver.^a Mari Pimentel.

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Ver.^a Mari, comandando os trabalhadores; quero saudar a todos. Eu pensei que o Ver. Oliboni ia vir à tribuna para falar dos 250 anos de Porto Alegre. Eu até nem vou falar, porque eu gostaria de falar que cada um deu a sua capacidade para crescer a nossa cidade. Tem governos que foram menos, outros mais, mas todos tiveram o objetivo de melhorar a cidade. Mas quando o Ver. Oliboni fala do OP, o OP, na realidade, induziu as pessoas, ele não resolveu, e foi lá no PT que terminou o Orçamento Participativo, quando não teve mais a contrapartida ao Banco Mundial, de 30%, quando o dólar estava lá em cima, vinha dinheiro para a 3ª Perimetral, a qual eu fui secretário, e 30% tinha que dar de contrapartida ao Fundo Mundial. Então, nesse aspecto, ali, o OP começou a ruir, porque a Prefeitura começou, no governo do PT, a não cumprir a contrapartida de 30%; inclusive teve uma época, num primeiro mandato meu aqui, que o orçamento Participativo queria ser mais do que a Câmara, inclusive mandou um projeto para a Câmara, para ser mais do que a Câmara. Isso era uma estupidez, imagina, estaria Porto Alegre hoje num caos. Orçamento Participativo reúne, reúne, reúne, mas se não tiver no orçamento, só vai reunir, Oliboni. Eu sei que tu tens que defender essa bandeira, mas eu quero te dizer que eu venho de longe, e, no início do Orçamento Participativo, o OP incentivava, e é o que nós estamos vendo hoje aí, invasões de terras, invasões de loteamentos. O que tem de loteamentos irregulares em Porto Alegre, foi invasão do OP

lá atrás. Muitos foram legalizados à força, dependendo da questão partidária, mas a maioria que está aí, que precisa legalizar, em média vem da origem do OP, que se reúne, ilude aquelas pessoas nos bairros, mas se não tiver no Orçamento, não adianta nada. Lá no OP discutem: vamos asfaltar a rua tal. Fica lá grifado, mas asfaltar que é bom, nada, porque se não tiver no Orçamento, não vai acontecer. Então nós temos que parar de nos iludir, de iludir essas pessoas, essa é uma bandeira que vem em cima, Ver. Hamilton Sossmeier, de conseguir continuar reunindo essas pessoas, noites, se deslocando para bairros, para as comunidades, para dizer que vai acontecer isso e aquilo; não acontece, é a Prefeitura, é o Executivo que manda. Mas não tem dinheiro e nunca teve, desde a 3ª Perimetral, quando vinha aquele dinheiro do Banco Mundial. Eu vivenciei isso aí, fui secretário de obras. Então, na realidade, lá que começou o caos do próprio PT. E ali, Oliboni, tu sabes disso... Há quanto tempo o PT não chega na Prefeitura de Porto Alegre? Há muito tempo, desde a ruída do OP, porque vocês acabaram iludindo, enganando aquelas pessoas. Muitas não vão mais, há muito tempo, nas reuniões. Essa é a realidade. Se o Orçamento Participativo um dia me provar que tudo que eles pensavam, no sentido partidário, resolveu, bom, eu dou o braço a torcer, mas não é essa a realidade. São reuniões atrás de reuniões, engessando, muitas vezes, as obras de Porto Alegre, engessando a Prefeitura com pressões desnecessárias. O que tem que acontecer, está na Orçamento, não existe obra em Porto Alegre sem estar no Orçamento. E esta Casa sabe, é aqui que é aprovado o Orçamento. Então vamos parar de iludir o Orçamento Participativo. Eu conheço gente que vai todas as semanas, em todas as reuniões... “Olha, vereador, a obra que está grifada no OP não aconteceu ainda, será que vocês podem dar uma força?” Bom, vocês estão decidindo, vamos ver. Aí, quando tu vais ver, está grifada no OP por várias administrações e não acontece. Essa é a realidade. Se acontecesse, eu bateria palmas aqui, mas a maioria absoluta não acontece, é uma ilusão, é só promessa e é, sim, questão partidária da esquerda. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Estimada Presidente e amiga Mari, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores, venho à tribuna conversar em liderança depois que eu ouvi o amigo Ver. Cassiá Carpes, que trouxe aqui bastante críticas com relação ao Orçamento Participativo. Lá em 1989, quando se implantou o Orçamento Participativo, à época, eu fui o primeiro vereador de oposição, Ver. Cassiá Carpes, que apoiou o Orçamento. Por quê? Eu trabalhei anos no momento de elaboração do Orçamento da União, e nós elaborávamos o orçamento da União numa saleta fechada com quatro, cinco técnicos. Aplicava-se, Ver. Hamilton Sossmeier, um índice, se no ano passado a rubrica tinha 100, se o índice é 0,10, este ano o orçamento da União naquela rubrica era 110. Total e completamente despropositado e equivocado.

Que o orçamento teve problema, teve. Agora o Orçamento Participativo, a participação popular na definição das suas demandas lá na sua rua, no seu bairro, na minha modesta visão, é altamente positivo. Ninguém conhece mais os problemas da sua região do que o morador da sua região. Um dos problemas que ele teve, que é verdade, que em todas as obras definidas foram executadas, é verdade. Agora, Porto Alegre se tornou a capital da participação popular pelo OP, amigo Marino. Depois que desapareceu o OP, Porto Alegre é simplesmente a Porto Alegre reconhecida por nós, até porque Grêmio e Internacional estão neste fiasco todo. Nós conseguimos o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, um evento que, à época, trouxe para cá mais de 100 mil pessoas do mundo inteiro, desapareceu o OP, não vem mais ninguém, com todo respeito. Nós tínhamos em Porto Alegre o Fórum Social Mundial que contrapunha o fórum de Davos. Quando vamos conquistar em Porto Alegre um outro movimento deste tamanho, com que medida, com que processo, com que tipo de orçamento? Acredito que o Ver. Cassiá Carpes tem razão num aspecto, na verdade foi-se diminuindo o poder da execução, se definiam e a maioria das coisas não eram executadas. Agora estou aqui para aclamar: vamos voltar com o Orçamento Participativo bem feito, consolidado, responsável, olhando o cidadão e as suas demandas e voltaremos a ser a Porto Alegre da participação popular. Foi a única vez, ou das únicas vezes, que Porto Alegre se sobressaiu em termos mundiais. Porque deu certo, começou a dar errado a partir do momento que os governos deixaram à margem o Orçamento. Portanto, eu vejo como uma iniciativa que repõe Porto Alegre no seu devido lugar que é uma capital que olha com seriedade, com responsabilidade para os seus cidadãos, homens e mulheres, que lá no OP discutem o que é melhor para sua região, para sua rua, para o seu bairro e para a sua cidade. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Ver.^a Mari Pimentel, na presidência dos trabalhos; vereadores, vereadoras. Sempre me entusiasmo a falar do Orçamento Participativo. Dizia há pouco ao Ver. Aldacir Oliboni que eu vivi o Orçamento Participativo na minha época em que as assembleias, ou as plenárias como queiram chamar, eram de muito acirramento e quando nós – éramos bem mais jovens, Ver. Aldacir Oliboni – discordávamos, tinham umas pessoas bem poderosas em termos físicos que davam aqueles empurrões, chega para lá, para não discordar. Falando sobre o Orçamento Participativo, como bem disse o Ver. Airto Ferronato, ele teve, sim, o seu caráter positivo, de agregação das comunidades, das suas necessidades, mas na prática, ao longo dos anos, o que se deparou foi que, quando entrou o governo Fogaça – eu participei de muitas reuniões, não participei como membro do Executivo, para tratar os eixos do Município dentro do nosso diretório –, tinham em torno de duas mil demandas. Faziam-se as reuniões, o cumprimento era precário, não tinham condições, muitas

vezes, inviabilidade técnica para se cumprir aquela demanda. Então temos que trazer também essa realidade da desilusão das pessoas, de fazer a reunião, de pleitear, por anos, a sua demanda e não ser atendido. E aí foi esvaziando; lembro de plenárias que tinham atas, atas e mais atas, e o público não era tão significativo, muitas vezes, como se olhava certos documentos. Acredito que a pessoa assinava e já ia embora, nem ficava mais nas plenárias. Mas tudo que vier de positivo para a população, para poder atender as demandas... É lógico que cada governo tem seus planos, suas necessidades, seu orçamento; não adianta fazer demandas e mais demandas e, depois gerar o que gerou: pendências e mais pendências por falta de recursos. Então, quem prioriza isso são os governos, as lideranças comunitárias e a própria população que forma todo esse contexto. Então, dizer que não foi bem assim. E também nós tínhamos o Socioambiental – como a Prefeitura estava no vermelho na época, Ver. Oliboni, não foi possível executar aquele megaprojeto; posteriormente houve outras ações no governo seguinte, e aí saiu o Socioambiental, via aquática, antes era via terrestre. Com tudo isso eu convivi diretamente na participação, como moradora da região. São estas as minhas observações, que muitas pendências ficaram.

Mas também quero falar dos eventos em comemoração aos 250 anos de Porto Alegre – tenho observado a participação das pessoas, esta agregação, em vários eventos positivos, e é muito bom. Eu estive na Redenção domingo, nos 44 anos do Brique da Redenção, 44 anos, onde temos os expositores, as suas antiguidades, os seus artigos do tempo da vovó; depois também os nove anos do Brechocão para as protetoras, através do qual elas têm algum recurso para se manter e manter os seus animais, que completou nove anos; então, significa mais um ponto positivo que é a continuidade da política pública que deu certo e que continua! Mas tenho visto, sim, uma agregação muito grande da sociedade nestes eventos, reencontros de pessoas, que estavam distantes há muito tempo, até do próprio Município, que trazem também as suas reivindicações. E isso é muito bom! Eu vejo que não é avaliação de dizer que as pessoas não estão participando ou estão descontentes – estou falando mais nas camadas onde também eu milito. Para encerrar, nós também temos a preocupação de todo esse movimento das comemorações, também alavancar mais empregos, mais investimentos, mais vinda de pessoas com esse intuito de movimentar esta cidade, que será bom para todos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Leonel Radde (PT): Presidente, o § 6º do art. 13 do nosso Regimento diz o seguinte (Lê.): “Perderá o mandato de membro da Mesa o Vereador que deixar o Partido que integrava ao ser eleito, sendo permitido que concorra novamente ao cargo, na forma definida no § 1º deste artigo”. E o § 2º diz (Lê.): “Vago qualquer cargo da Mesa, a eleição respectiva deverá realizar-se na primeira sessão subsequente, ou em sessão extraordinária para este fim convocada”.

Pois bem, eu já tinha alertado a DL, a Mesa Diretora, que tínhamos a troca de partido por parte da Ver.^a Nádia e que deveríamos realizar a votação na sessão

subsequente – isso já faz três sessões; então, eu solicito aqui que esta eleição seja realizada hoje e, em não acontecendo, que a gente, então, coloque, pelo menos, o cargo vago, assim como seu cargo de confiança, que pertencente à Mesa. Obrigado.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Quero salientar, Presidente, que ela não saiu de partido nenhum; o partido dela foi extinto. Consequentemente, ela entra no partido que quiser, foi liberada. Se fosse simplesmente do partido, só em 2024, na janela partidária, mas o partido dela foi extinto; portanto, nós precisamos restabelecer isso com votação de plenário, ou seja, o plenário é soberano. Ela foi eleita pelo plenário, estará sendo restabelecida pelo próprio plenário. Obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidenta, o partido que a nobre colega, Ver.^a Nádia, pertencia foi extinto, sim, e foi criado o União Brasil. Portanto, aquilo que o nobre colega, Leonel Radde, trouxe é de extrema importância, e mais do que isso, já se passou até o prazo da eleição; quando a Ver.^a Nádia saiu do partido, foi feita uma fusão, criando-se um novo partido, União Brasil. Diante disso, a Câmara deveria ter feito a eleição na sessão seguinte. Nós já estamos indo para a quarta sessão, e a Mesa Diretora não toma posição. Esse é o nosso parecer.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Solicito que os Srs. Vereadores registrem as suas presenças a fim de entrarmos na Ordem do Dia.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Após a apuração nominal.) Trinta e dois Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras registraram suas presenças.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) – às 15h06min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Ver. Leonel Radde está com a palavra.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, gostaria de fazer um requerimento para que façamos a eleição do cargo à Mesa em primeiro lugar na sessão. Obrigado.

Vereador Giovane Byl (PTB): Sr. Presidente, sugiro que se mantenha a ordem da votação, ao menos, no primeiro projeto, PR nº 006/22. Logo após, a eleição. Ver. Leonel Radde, podemos fazer esse acordo?

Vereador Leonel Radde (PT): Ver. Giovane, eu acredito que a eleição tenha prevalência, porque já estamos devassados e tem prioridade em relação aos projetos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Os trabalhos da presente sessão estão suspensos para que organizemos a Ordem do Dia.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h08min.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) – às 15h14min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Presidente Mari Pimentel, à frente dos trabalhos, eu queria fazer um requerimento, em acordo com a liderança da oposição, de votarmos, primeiro, o PR nº 006/22, depois a eleição para o cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora e, depois, em bloco, os Requerimentos nº 032/22, nº 025/22 e nº 192/21.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0160/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/22, de autoria do Ver. Giovane Byl, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Doutor Raphael Camara Medeiros Parente. **(SEI 158.00031/2022-18)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE.** Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 23-03-22, nos termos do art. 35, § 4º, do Regimento da CMPA.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em discussão o PR nº 006/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, o PR nº 006/22. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, foram 21 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): APROVADO o PR nº 006/22.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nos termos do § 6º, art. 13, do Regimento Interno, o vereador que fizer troca partidária deixa de integrar o cargo da Mesa Diretora, podendo, no entanto, ser reeleito para a mesma função. Nessa perspectiva, a Ver.^a Comandante Nádia, em razão da troca partidária deixa o cargo de 2ª Secretária da Mesa e, neste momento, a Sra. Presidente recebe as candidaturas para ocupar o cargo.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Sra. Presidente me candidato, então, a assumir o cargo de 2ª Secretária na Mesa Diretora.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Registrado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não havendo mais candidaturas inscritas...

Vereador Leonel Radde (PT): Nós temos a compreensão de que, dentro da proporcionalidade, o Partido Progressista já possui o seu espaço, e seria desproporcional. Caso seja reeleita a nobre vereadora, nós ingressaremos na justiça – faremos e ganharemos. Então, estamos à disposição para esse diálogo porque consideramos que teremos problemas judiciais.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, considerando o § 1º, do art. 13, do Regimento Interno, que assim determina: a Mesa Diretora será eleita pela maioria absoluta dos vereadores mediante chapa única ou cargo a cargo em votação nominal, respeitando o critério da proporcionalidade dos partidos ou dos blocos partidários para um mandato de um ano. Considerando que, formalmente, o Partido Progressista não participa de nenhum bloco partidário; considerando que o Partido Progressista já está, proporcionalmente, representado na Mesa Diretora, os vereadores do bloco de oposição solicitam parecer da Procuradoria desta Casa sobre a validade de eventual eleição da Ver.^a Comandante Nádia que acaba de se candidatar para a Mesa Diretora, no processo ao qual se candidata. Assinam o Ver. Aldacir Oliboni, Ver.^a Bruna Rodrigues; Ver.^a Daiana Santos; Ver. Jonas Reis; Ver.^a Karen Santos, Ver.^a Laura Sito; Ver. Leonel Radde; Ver. Matheus Gomes; Ver. Pedro Ruas e Ver. Roberto Robaina. ”

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Excelência, a nossa Constituição da República Federativa do Brasil, que é a nosso norte hermenêutico, busca um estado

ideal. O art. 2º da Constituição Federal diz que são independentes e harmônicos entre si o poder executivo, legislativo e judiciário. O Poder legislativo é independente; e essa Casa é soberana, o plenário desta Casa é soberano. O que é o direito? É o direito em sim, a lei seca, a jurisprudência, os costumes. Essa casa já teve precedentes em 2014 e em 2016; então, com muita tranquilidade, a nossa bancada entende que nós devemos fazer a eleição. Quem quiser colocar o nome à disposição, que possa se inscrever, porque o voto é soberano.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sr. Presidente, o recurso está baseado no Regimento, desculpe-me.

Vereador Comandante Nádia (PP): Presidente, só gostaria de reforçar que o PP está num bloco, junto com o Ver. Airto Ferronato e o Ver. Jessé, para informação do Ver. Oliboni que não está sabendo. Isso foi apregoadado na última sessão da Casa.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Se for assim, Presidente, continua a mesma coisa; na proporcionalidade, é uma vaga, que é a Mônica.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Prezado Ver. Oliboni, tendo em vista que o art. 13, § 6º, do Regimento abre a possibilidade para a Ver.^a Comandante Nádia colocar seu nome, novamente, para votação à Mesa Diretora, nós iremos indeferir a sua solicitação e abrir a votação para a 2ª Secretária da Mesa Diretora.

Em votação a indicação da Ver.^a Comandante Nádia ao cargo de 2ª Secretária da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, são 25 votos **SIM** e 01 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Está eleita a Ver.^a Comandante Nádia como 2ª Secretária da Mesa Diretora.

Vereador Leonel Radde (PT): Presidente, eu gostaria de realizar aqui o nosso recurso da oposição, por isso não votamos, porque consideramos que é ilícita, está em desacordo com o nosso Regimento. Então, eu gostaria de deixar consignado aqui o nosso recurso, que eu vou ler (Lê.): "Na sessão ordinária do dia 14 de março de 2022 foi comunicada pela Ver.^a Comandante Nádia a sua reopção partidária, passando a integrar a bancada do Partido Progressista, conforme consta no processo nº 025.00018/2022-19. A seção I, da Resolução nº 1.178, em seu art. 13, trata da formação e eleição da Mesa Diretora, apresentando de forma cristalina o funcionamento, renovação e as hipóteses de impedimento e os demais procedimentos para o correto funcionamento da Mesa Diretora da Câmara Municipal. Compulsando o § 1º do artigo supracitado, é possível perceber que a composição da Mesa Diretora deverá respeitar o

critério da proporcionalidade, diz o § 1º: '§ 1º A Mesa Diretora será eleita pela maioria absoluta dos Vereadores, mediante chapa única ou cargo a cargo, em votação nominal, respeitado o critério da proporcionalidade dos partidos ou dos blocos partidários, para um mandato de um ano'. Ora, trata-se aqui de critério meramente objetivo, de modo que não há possibilidade de análise sob outro viés. A Mesa Diretora deve, obrigatoriamente, respeitar o equilíbrio estabelecido entre os partidos e os blocos partidários. Em caso a Mesa Diretora atual conta com dois integrantes do Partido Progressista, sendo eles a Ver.^a Mônica Leal e a Ver.^a Comandante Nádia. A presente situação também encontra amparo legal no Regimento interno, em seu § 6º, art. 13, conforme segue: '§ 6º Perderá o mandato de membro da Mesa o Vereador que deixar o Partido que integrava ao ser eleito, sendo permitido que concorra novamente ao cargo, na forma definida no § 1º deste artigo.' Extrai-se do texto legal, portanto, que aquele ou aquela que trocar de partido perderá a sua vaga, podendo concorrer novamente ao cargo, desde que respeitadas as normas do § 1º, do art. 13, isto é, desde que respeitada a proporcionalidade. A proporcionalidade, por sua vez, se apresenta da seguinte forma: bloco de oposição 1,94; bloco DEM/PSL/UB/PL/PSDB 1,16; bloco PRTB/REP 0,58; MDB 0,58; PTB 0,58; PP 0,58; PDT 0,38; NOVO 0,38; Cidadania 0,19; PSB 0,19; PSD 0,19; e Solidariedade 0,19. Assim sendo, ainda que a Ver.^a Nádia apresente seu nome novamente para concorrer ao cargo na Mesa Diretora, sob o argumento disposto no § 6º, não poderá se candidatar, visto já preenchida a proporcionalidade de seu partido à Mesa. E é por esses argumentos delineados que o Partido dos Trabalhadores informa que não votará na presente eleição, evitando eventual concordância tácita, e manifesta-se pelo correto cumprimento do Regimento Interno, efetuando-se, assim, eleições nos termos legais. Partido dos Trabalhadores, 23 de março de 2022, Leonel Radde, líder da bancada do Partido dos Trabalhadores." Muito obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sra. Presidente, Sr. Diretor Legislativo, estou me pronunciando aqui como fiador de um acordo. Houve um acordo entre todos os partidos da Casa, houve um acordo para fazermos esta eleição com os componentes da Mesa. Quero respeitar a posição da oposição de não votar, mas eu volto a solicitar que se cumpra o acordo. Esse é um acordo político, não se faz conta de 1,6 ou 1,66, de blocos, de nada, há um acordo para a Mesa, há um acordo para a administração da Casa onde todos os partidos foram contemplados, então quero pedir encarecidamente para que todos tenham esse entendimento para que se prossigam os trabalhos da Casa tranquilamente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Feito o registro.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, considero esse assunto superado. Já votamos no plenário, portanto, no meu entender, esse assunto está superado. O plenário é soberano. Obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Feito o registro.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Excelência, sugiro que possamos continuar tocando a pauta porque Porto Alegre não pode parar.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Feito o registro. Declaro empossada a Ver.^a Comandante Nádia como 2ª Secretária na Mesa Diretora.

Solicito ao Ver. Leonel Radde, como líder do PT, que encaminhe, via SEI, o processo à Mesa Diretora.

Em votação o requerimento para formação do bloco de votação para os Requerimentos nº 032/22, nº 025/22 e nº 192/21, mais o Requerimento nº 019/22, em avulso. (Pausa.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): A formação do bloco já tinha sido solicitada no primeiro requerimento, já tinha sido aprovada, que era primeiro votar o projeto do Ver. Giovane Byl, de honra ao mérito, depois votarmos a Mesa e o bloco. Todas essas coisas já foram aprovadas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós precisamos primeiro verificar se todos os líderes dão acordo para a formação do bloco.

Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 032/22 – (Proc. nº 0147/22 – Ver^{as} Karen Santos e Fran Rodrigues) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “ao Deputado Estadual de São Paulo Arthur do Val pela atitude machista ao disseminar mensagens se aproveitando da vulnerabilidade da atual situação das mulheres ucranianas, episódio que envergonha nossa Nação e que merece ser denunciada e punida”. (SEI 152.00048/2022-71)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 025/22 – (Proc. nº 0124/22 – Ver. Alvoni Medina) – requer seja o período de Comunicações do dia 25 de abril destinado a assinalar o transcurso do Mês do Escoteiro. (SEI 020.00007/2022-25)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 192/21 – (Proc. nº 0637/21 – Vers. Jessé Sangalli, Pablo Melo, Claudio Janta, Alexandre Bobadra, Hamilton Sossmeier, Leonel Radde, Giovane Byl, Kaká D’Ávila, José Freitas e Felipe Camozzato e Veras Psicóloga Tanise Sabino, Cláudia Araújo e Fernanda Barth) - requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à criação de MOTOTÁXI em Porto Alegre”. (SEI 220.00087/2021-08)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 019/22 – (Proc. nº 0095/22 – Ver. Leonel Radde) – requer a realização de Sessão Solene no dia 29 de março, às 15 horas, destinada à entrega do Diploma de Cidadão Emérito de Porto Alegre para o Senhor Isaac Ortiz. (SEI 208.00021/2022-11)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o bloco composto pelos Requerimentos nº 032/22, nº 025/22 e nº 192/21 e 019/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) – às 15h39min: Encerrada a Ordem do Dia.

Anuncio a presença vereador Jefferson Homrich, secretário da Câmara Municipal de São Borja - RS

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0295/20 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/20, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à empresa Refrigeração Dufrio Comércio e Importação Ltda. **(SEI 037.00130/2020-78)**

PROC. Nº 1025/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 437/21, de autoria do Ver. Kaká D’Ávila, que institui, nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, a Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego, a ser realizada na última semana do mês de agosto. **(SEI 219.00095/2021-58)**

PROC. Nº 1321/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 589/21, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Dia da Bíblia no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de

31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, a ser comemorado no dia 12 de dezembro. (SEI 034.00525/2021-54)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0758/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 313/21, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que institui o ensino de educação digital no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio das escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. (SEI 038.00058/2021-69)

PROC. Nº 1210/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 538/21, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Semana Municipal de Incentivo à Reciclagem no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010. **Com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas; com Emenda nº 02, dos Vers. Alvoní Medina, José Freitas e Márcio Bins Ely.** (SEI 034.00486/2021-95)

PROC. Nº 1348/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 610/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina RTL Ademir da Luz Kehl o logradouro público não cadastrado conhecido como RTL Cinco Mil Cento Sessenta, localizado no Bairro Campo Novo, Espírito Santo. **Com Emenda nº 01, do Ver. Airto Ferronato.** (SEI 019.00096/2021-31)

PROC. Nº 0072/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 037/22, de autoria do Ver. José Freitas, que dispõe sobre a concessão do Título Honorífico de Cidadão Emérito do Município de Porto Alegre-RS ao Ilustríssimo Senhor Itamur de Campos Rodrigues. (SEI 034.00054/2022-65)

PROC. Nº 0074/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 039/22, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Atirador Desportivo no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 18 de abril. (SEI 222.00003/2022-15)

PROC. Nº 0153/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 079/22, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Dia Municipal da Liberdade de Culto no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, a ser comemorado no dia 07 de janeiro. (SEI 034.00080/2022-93)

PROC. Nº 1371/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 087/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação Federativa de Executivas de Empresas Turísticas – AFEET. (SEI 219.00112/2021-57)

PROC. Nº 0139/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/22, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à RBS TV – Jornal do Almoço (JA). (SEI 035.00015/2022-67)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Venho até a tribuna me dirigir ao povo de Porto Alegre aos membros desta Casa sobre este projeto protocolado que corre em primeira sessão, que fala de fazer uma discussão sobre o primeiro emprego nas escolas, colocar como semana, a última semana de agosto. Mas eu quero lembrar que a maioria das escolas municipais de Porto Alegre, seus alunos, são constituídos de crianças, salvaguardadas e salvaguardados esses jovens pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e lá está colocado: temos que ser guardiões da infância lutando contra o trabalho infantil. Eu acho muito perigosa a forma como foi colocada neste projeto, que a rede Municipal terá uma semana para falar do primeiro emprego. Acho que nós temos que falar de outras coisas na escola, na educação infantil, no ensino fundamental. Os nossos jovens não estão na escola para depois virarem empregados, não, eles estão na escola para virarem cidadãos, e isso está na Constituição, isso está na LDB. Claro, o trabalho faz parte, sim, do viver social, o trabalho é importante, é através do trabalho, esse instrumento de transformação da natureza social e física que nós existimos enquanto humanidade, mas a empregabilidade é uma coisa que existe, só que ela tem que ter os seus lugares para ser tratada. Eu acho que a gente precisa lutar para que a escola de fato preserve a infância. A escola se transformou muito ao longo dos anos, hoje ela não é só um espaço de estudar, ela é também um espaço de se divertir, de brincar, é o espaço do lúdico. Quem sabe então a gente faça semana de discussão sobre o primeiro emprego, mas mais alguma outra coisa, sobre a ludicidade, sobre o direito a ser criança, que é violado a todo momento, inclusive neste País empresas utilizam o trabalho infantil. Quando empresas contratam famílias para produzir mercadorias a baixo custo, lá nessas famílias, muitas vezes pauperizadas, crianças acabam ajudando. Uma coisa é uma criança construindo seu conhecimento junto ao seu contexto familiar, social e cultural; outra coisa é discutir com as infâncias emprego. Podemos discutir com jovens a partir de 14 anos, como preconiza a lei; agora, colocar isso na rede como um todo, é perigoso. Eu tenho muito respeito pelo vereador proponente, mas a forma como o projeto está escrito gera problemas.

Quero deixar isso registrado, para que a gente, enquanto vereadoras e vereadores, analisemos este projeto à luz da Constituição, da LDB e do ECA, para não ferir uma conquista de 1990, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Acho que a escola pode discutir profissões dentro do currículo, dentro do debate, as profissões que a gente acaba construindo; agora, o termo empregabilidade no cenário da escola de educação infantil e ensino fundamental não, não é o espaço adequado da forma como está colocado neste projeto. Deixo aqui registrado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não há mais inscritos para discutir a Pauta.

Vereador Kaká D'Ávila (PSDB): Presidente, eu me inscrevi através do *chat* e estou me inscrevendo agora, justamente para falar sobre este meu projeto.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Kaká D'Ávila está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR KAKÁ D'ÁVILA (PSDB): Obrigado. Quero dar meus cumprimentos a todos que nos acompanham de forma remota e presencial, caros colegas, público que nos acompanha pela TVCâmara e pelas demais redes. Sobre este projeto da empregabilidade nas escolas, talvez o Ver. Jonas – por quem tenho um carinho muito grande, eu sei que ele também é um defensor da causa trabalhista, até porque faz parte do Partido dos Trabalhadores e acredito que eles prezam muito essa questão trabalhista –, eu não estou propondo para que crianças de 9 ou 10 anos trabalhem. Muito pelo contrário, o projeto diz que os alunos do último ano, aqueles que vão se deparar com o mercado de trabalho, tenham algum tipo de orientação. Então, que a Prefeitura vá até essas escolas, o Sine vá até essas escolas, empresas privadas que tenham vagas acabem indo até as escolas, agências de emprego possam ir até as escolas, porque tem pessoas, principalmente os jovens, que saem para o mercado de trabalho e muitas vezes não sabem nem como se portar numa entrevista de emprego, não sabem nem fazer um currículo.

É um absurdo, eu quero justamente poder levar, neste projeto, um acolhimento para esses jovens, para que eles não cheguem de uma forma crua no mercado de trabalho, como eu cheguei – comecei a trabalhar aos 13 anos e tudo que aprendi foi sozinho, na rua, e foi da pior forma possível. Nós precisamos nos preocupar, sim, com esses jovens e orientá-los tanto na questão de empreendedorismo como na questão da empregabilidade, expressar para eles quais são as profissões que estão em alta, o que eles querem para vida deles, como elaborar um currículo, o que falar numa entrevista de emprego.

É um projeto maravilhoso, de suma importância e acho até que nem só em Porto Alegre, também no Brasil todo, mas que Porto Alegre seja referência de um projeto tão bonito como este. A gente tem que parar de ter medo de falar na palavra empregabilidade, a gente tem que ter medo de falar no desemprego, porque desemprego não é uma estatística; desemprego, para mim, é uma tragédia. Então a gente tem que lutar muito para que mais e mais pessoas sejam direcionados para o mercado de trabalho. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h48min.)

* * * * *